



PARECER SOBRE A PROVA DE AFERIÇÃO - CÓDIGO 87

HISTÓRIA E GEOGRAFIA - 2019

A prova de aferição relativa às disciplinas de Geografia e de História do 3.º ciclo, realizada no passado dia 12 de junho de 2019, merece a nossa apreciação positiva por respeitar as identidades científicas das duas áreas disciplinares, intercalar conteúdos e competências específicas das duas disciplinas e, ainda, por articular conteúdos, permitindo a existência de itens híbridos.

A prova é clara e de fácil entendimento para os alunos.

No que respeita à Geografia, não coloca problemas de correção científica, é representativa dos conteúdos e das competências constantes dos documentos orientadores da disciplina de Geografia e os critérios gerais de classificação não levantam problemas de interpretação aos classificadores.

Itens de Geografia

Os itens de Geografia, são facilmente identificáveis, constituem 50% da prova e estão intercalados ao longo da mesma. A sua maioria é de seleção com graus variados de dificuldade, estando alguns deles articulados com conteúdos programáticos de História. Atendendo ao facto que a prova avalia competências específicas das duas áreas disciplinares, consideram-se híbridos, apesar de estarem datados a períodos históricos, os itens 3, 9.1, 9.2, 12 e 15.

Os itens representam uma amostra significativa das competências e conceitos expressos nas Aprendizagens Essenciais em consonância com os restantes documentos orientadores da disciplina de Geografia. Nestes foram avaliados, de forma equilibrada,

conteúdos relevantes referentes aos quatro temas¹ dos dois anos de escolaridade, recorrendo a variadas fontes gráficas e cartográficas. Contudo, não constam na prova conhecimentos relativos às zonas climáticas e respetivas formações vegetais e, que poderiam estar facilmente articulados com os conteúdos programáticos de História relativos à expansão marítima do conjunto de itens 9.

Embora globalmente acessíveis, quanto ao grau de dificuldade inerente à resolução de alguns itens de escolha múltipla, pautam-se por um nível de complexidade cognitiva médio e baixo, pese embora o reportório vocabular se considere adequado à faixa etária dos estudantes do 8.º ano de escolaridade.

Lamentamos o facto de nos grupos de itens com articulação e/ou intercalação de conhecimentos geográficos e históricos, os geográficos surgirem sempre num contexto subjugado à História, como, por exemplo, os itens 9 e 12, contrariando os princípios presentes na Carta Internacional da Educação Geográfica.

Peças gráficas e cartográficas

As peças gráficas e cartográficas introdutórias são, na generalidade, diversificadas e de boa qualidade e propiciam a aplicação das destrezas gráficas e cartográficas exigíveis a alunos do 8º de escolaridade. Saúde-se a predominância de diferentes tipos de representações da superfície terrestre, como o mapa, já que é um documento indispensável à análise geográfica.

Lamenta-se a ausência de aplicação do Sistema de Identificação de Cores, ColorADD, reconhecido internacionalmente, e que permite assegurar a plena integração do daltónico quando a cor é um fator determinante de identificação, orientação ou escolha, como sucedia com a identificação das rotas de navegação prevista no item 9.1.

Tempo disponível para a realização da prova

O tempo disponível para a sua resolução foi excessivo² atendendo ao número de itens aplicados e grau de complexidade a mobilizar exigido.

¹ Temas programáticos testados: Terra: Estudos e Representações; Meio natural; A população e povoamento; Atividades Económicas.

² De acordo com o feedback dado por alguns sócios e membros da direção, a maioria dos alunos, resolveu a prova em 30 minutos.

A prova correspondeu, assim, em nosso entender, às expectativas da maioria dos alunos - e dos respetivos professores - que se envolveram, ao longo do ano, nas situações de ensino-aprendizagem de Geografia proporcionadas pelos documentos orientadores de referência.

É de louvar a existência de itens puramente geográficos e de outros com articulação entre conteúdos programáticos e competências geográficas e históricas presentes nesta prova, o que revela a especificidade científica das duas áreas disciplinares. Os conteúdos da Geografia são facilmente identificáveis e são testados conhecimentos e competências geográficas que vão para além de uma mera espacialização dos factos e acontecimentos históricos.

Também é de felicitar a seleção das competências testadas, pois enquadram-se na lógica vertical do currículo da Geografia, ao longo dos ciclos, por serem estruturantes da disciplina.

Gostaríamos, em futuras edições de provas de aferição de Geografia, que considerassem a utilização de peças gráficas que expressem uma visão multiescalar do espaço³, relativos aos impactes da ação humana na alteração e/ou degradação de ambientes biogeográficos, aos impactes da ação humana no território ou ao reconhecimento da necessidade da cooperação internacional na gestão dos recursos naturais e que, simultaneamente, apelam a níveis mais complexos das áreas de competência do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória de forma articulada e, sempre possível, integrados na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. A literacia geográfica e a cidadania territorial assentam na aprendizagem e no desenvolvimento de competências em temáticas que exigem uma constante atualização do conhecimento do mundo, face aos problemas atuais e contemporâneos, não seguindo uma ordem cronológica linear, como a inerente ao pensamento histórico. Acrescente-se que, a manter a prova de aferição de Geografia no 8.º ano, outras opções disciplinares possam ser consideradas na construção de uma prova híbrida, pois as Aprendizagens Essenciais da Geografia têm uma profunda articulação com as competências das ciências da Terra – Ciências Naturais e Físico-química, nomeadamente no 7.º ano.

³ Incluindo as regiões Autónomas.

Por último, lamentamos que o Ministério da Educação tenha desvalorizado a identidade e cientificidade da Geografia face à História, atribuindo a esta prova a mesma designação que à Prova de Aferição do 5.º ano, não respeitando a ordem alfabética da designação das duas disciplinas.

Lisboa, 16 de junho 2019

Ana Cristina Câmara

A Presidente da Direção